

RIQUEZA NATURAL

Rigidez mantém o controle dos recursos

Especialistas ouvidos pelo **Correio** defendem observar os exemplos da Noruega e da Guiana no gerenciamento dos fundos dos bens gerados pelo petróleo

» PEDRO JOSÉ BORGES
» CAETANO YAMAMOTO*

A experiência de países produtores de petróleo está presente no debate sobre como o Brasil deve administrar eventuais receitas da exploração na Foz do Amazonas. Para Jaques Paes, executivo da indústria de mineração, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e palestrante, os modelos da Noruega e da Guiana mostram caminhos diferentes para transformar a exploração de recursos naturais em patrimônio de longo prazo.

Na Noruega, por exemplo, a renda do petróleo é direcionada para um fundo soberano, que converte os recursos obtidos com a exploração em ativos financeiros, segundo Paes. A utilização do dinheiro pelo governo segue um rigoroso controle estatal para evitar que a receita seja incorporada integralmente ao orçamento corrente.

"O petróleo extraído é convertido em ativos financeiros, e apenas uma parcela compatível com o retorno esperado desse patrimônio entra no orçamento ao longo do tempo", afirma o especialista. Pelas regras do fundo, a aplicação de até 3% do rendimento real, há, ainda, a criação de uma poupança e investimentos no exterior.

América do Sul

A Guiana, por outro lado, adotou um modelo baseado na

Divulgação



A exploração petrolífera divide opiniões entre economistas e ambientalistas diante dos impactos

participação de empresas privadas na exploração. Há um Fundo de Investimentos que segue regras rígidas desde 2019, reformulado em 2021. Todo o dinheiro recebido em forma de royalties e vendas de petróleo vai direto para esse fundo e depositado no exterior. O Ministério das Finanças, cuja política é fiscalizada, cuida da diretoria geral, enquanto a gestão operacional do dinheiro cabe ao Banco da Guiana. Há um comitê independente de supervisão

composto por membros da sociedade civil, profissionais e academia para avaliar os gastos.

Paes aponta que o país passou a receber uma parcela maior da produção à medida que o consórcio responsável recuperou os investimentos realizados no projeto.

"Isso torna a Guiana quase um laboratório em tempo real: está produzindo rapidamente, recebendo uma parcela crescente da renda, acumulando recursos em fundo soberano, retirando parte relevante

para investimento, tentando diversificar a economia e preservando parte para as gerações futuras", diz.

Para o especialista, a principal diferença entre os países está na capacidade institucional de administrar a riqueza gerada pelo petróleo. A Noruega já contava com instituições, infraestrutura e capital humano desenvolvidos antes da expansão da produção. A Guiana tenta construir essas estruturas a partir das receitas obtidas com a atividade petrolífera.

Margem Equatorial

O debate sobre a exploração da Margem Equatorial também envolve os efeitos ambientais e a perspectiva de longo prazo para o mercado de petróleo. A discussão sobre o tema gira em torno do impasse entre a exploração de uma nova fronteira de petróleo e gás e a urgência de metas globais de preservação ambiental e transição energética.

A Margem Equatorial brasileira se estende do litoral do Rio Grande do Norte até o Amapá, passando por bacias sedimentares como a da Foz do Amazonas, e é vista pela Petrobras como essencial para o futuro energético do país.

Shiguelo Watanabe, especialista em energia do Observatório do Clima, afirma que a discussão sobre novas reservas precisa considerar os impactos econômicos associados às mudanças climáticas.

"As perguntas ignoram que estamos diante de uma emergência climática provocada pela queima de combustíveis fósseis. Tragédias como a do Rio Grande do Sul tendem a ser mais frequentes e mais fortes. Ainda veremos quebras de safras nesta década", afirma.

Segundo Watanabe, um dos cenários considerados para o mercado internacional prevê que a demanda por combustíveis fósseis atinja o pico em 2030 e entre em trajetória de queda nas décadas seguintes. Nesse contexto, o especialista questiona a viabilidade econômica de uma eventual produção na Foz do Amazonas.

A discussão divide opiniões. Os favoráveis à exploração defendem que é essencial para repor as reservas nacionais de óleo e garantir a segurança energética, pois a produção do pré-sal deve atingir o pico na próxima década. Porém, há os cautelosos e contrários que afirmam que a descoberta de hidrocarbonetos no poço Morpho (bloco FZA-M-59) não comprova viabilidade comercial em escala.

Para os ambientalistas, é preciso avaliar os impactos socioambientais diante do risco de acidentes e danos irreversíveis a ecossistemas sensíveis e à pesca artesanal. Eles dizem que novos investimentos fósseis de longo prazo vão contra às metas globais de redução de emissões e transição para energias limpas.

***Estagiário sob supervisão de Roberto Fonseca**

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Subversão da toga

O que nasce errado não se conserta nem conduz ao certo, como é o caso do inquérito das fake news, imposto em março de 2019 por ato de ofício do então presidente do STF, Dias Toffoli, com relatoria também de ofício do ministro Alexandre de Moraes, a pretexto de apurar quem conjurava contra integrantes da corte e seus parentes — e assim vem, até hoje, com investigações sigilosas, punições sem direito ao contraditório e escopo investigativo aleatório.

Perderam-se nas brumas da opacidade judicante as circunstâncias que levaram ministros do Supremo a se sentirem ameaçados. Havia apurações da Receita sobre pessoas politicamente expostas, acessos a dados fiscais de ministros e familiares e notícias que atingiam integrantes da Corte. Nesse ambiente, Toffoli instaurou de ofício o Inquérito 4.781. Pouco depois, tal ação serviu de fundamento para censurar uma reportagem da revista *Crusoe*. O que deveria ser excepcional adquiriu abrangência e duração indeterminada.

Além disso, o presidente Jair Bolsonaro passou a investir contra o STF e as urnas eletrônicas, a denunciar conspirações imaginárias da esquerda (com o ex-presidente Lula cumprindo pena em Curitiba) e o mal-estar dos chefes das Forças Armadas com seus devaneios de aspirante a autocrata — um Chávez brasileiro, que ele elogiara anos antes como deputado federal.

Este é o contexto que explica a brutal crise da Corte Suprema, perda entre seus poderes excessivos, a vaidade e as incursões ao território do mundanismo político regadas a traficâncias com um banqueiro pilantra já preso, tendo o pano de fundo das eleições gerais a menos de um mês. O erro nunca foi admitido, ao contrário, foi celebrado intra corporis no tribunal, ao alçar a guardião da democracia o ministro Alexandre de Moraes, relator do julgamento dos personagens da trama golpista, entre os quais Bolsonaro.

A imprensa fez de Moraes o que antes fizera do juiz da Lava Jato, Sérgio Moro: um combatente da moralidade. Ambos, assim aclamados, acabaram aprisionados aos personagens que lhes foram atribuídos.

E chegamos, com a cumplicidade dos pares do STF e da PGR, ao que nem um hábil ficcionista conceberia: um ministro pede investigação do outro, e este submete à Corte elementos capazes de comprometê-lo. Bizarro...

Pacto da paralisia

O cenário político desenha um quadro de paralisia institucional cruzada, em que os principais atores de cada Poder se mantêm reféns de suas vulnerabilidades jurídicas, criminais e políticas.

O seu reflexo é o colapso do sistema de "freios e contrapesos", transformado em um pacto de não agressão mútua: para proteger os seus líderes, o Legislativo abdica de fiscalizar o Judiciário, e o Judiciário dita e altera senhorialmente as regras da política.

Trata-se de um verdadeiro "equilíbrio de terror". Com receio de represálias, as cúpulas dos poderes em Brasília se mostram paralisadas para endereçar reformas profundas porque nenhum dos lados se sente seguro o suficiente para romper a trégua.

O jantar de reconciliação entre Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, na residência do ministro Alexandre de Moraes, simboliza essa engenharia de sobrevivência. Diante de denúncias asfixiantes envolvendo mensagens capturadas com operadores financeiros e relatórios policiais, o pragmatismo político sobrepõe-se à depuração ética.

Sob a liderança de figuras vulneráveis das mesas diretoras da Câmara e do Senado, o Congresso atua como anteparo para reter pedidos de impeachment, enquanto a engrenagem do foro privilegiado mantém inquéritos em banho-maria, tutelando o parlamento.

Enquanto o topo da República se concentra em garantir sua própria imunidade, o país paga a conta com o apagão da produtividade e da segurança jurídica. O mercado financeiro inevitavelmente precifica o colapso moral da corte arbitral de última instância.

A deterioração da confiança na Corte Suprema adiciona insegurança jurídica ao prêmio de risco já elevado do país. Se prolongada, vai retrair decisões de investimento de longo prazo, pressionar o câmbio e dificultar a redução dos juros. Somada ao endividamento das famílias e empresas, à fragilidade fiscal e à baixa taxa de investimento, essa combinação pode arrastar o país para uma desaceleração mais severa e ampliar as tensões sociais.

Para agravar esse quadro, a geopolítica global espreme-se entre o intervencionismo dos EUA de Trump e a dependência estrutural da China. Washington exige frear a influência de Pequim, enquanto a China se consolida como fiadora de última instância dos projetos estratégicos de infraestrutura, controlando ativos críticos.

Consumido por guerrilhas jurídicas intestinas, o Brasil abdica de sua autonomia e corre o risco real de se consolidar apenas como um tabuleiro passivo e mero exportador de commodities brutas.

A iniciativa do presidente do STF, Edson Fachin, de defender o fim do inquérito das fake news e a adoção de um código de ética constitui um primeiro reconhecimento de que o modelo se esgotou. É insuficiente, mas abre passagem institucional para a depuração.

Para escapar desse labirinto de chantagens mútuas e estagnação, o país não pode depender de rupturas traumáticas ou de salvadores da pátria. A saída para esse "estreitito da agonia" exige concertação cirúrgica e imediata da sociedade civil, do setor produtivo e da política, focada na reconfiguração forçada das regras do jogo.

O Congresso precisa reassumir a sua altivez constitucional e pôr em curso reformas profundas da alta magistratura: fixar mandatos com tempo delimitado para ministros do STF; restringir as decisões monocráticas; pôr fim ao foro privilegiado; reformular o sistema de escolha dos ministros. Várias PECs tratam disso no Congresso.

Paralelamente, o próprio STF precisa aceitar um processo célere e transparente de autocontrole, afastando preventivamente os membros sob suspeita fundada e abrindo seus inquéritos sigilosos ao devido processo legal. Só com a volta do tribunal ao seu papel original de guardião estrito e imparcial da Constituição, sem vaidades e mundanismo políticos, se poderá resgatar a combalida legitimidade da República e restabelecer a confiança geral na Justiça. A verdade é que, enquanto consumismos energias nestes "jantares de conciliação" e inquéritos policiais, deixamos de formular um plano inteligente de desenvolvimento e tomar as decisões sobre quais padrões tecnológicos adotar (frequentemente capturadas por lobbies americanos ou chineses). Crises como esta do Supremo sabotam a autonomia e o interesse nacional. Isso não pode continuar.

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 06/09/2026

Informativo do mercado imobiliário

ADEMI DF reúne diretoria para avaliar desempenho do mercado e outras pautas de interesse do setor

A diretoria da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) realizou reunião ordinária na quarta-feira (2/9), com uma pauta que reuniu temas relacionados ao desempenho do mercado imobiliário, ao ambiente de negócios e às principais demandas do setor do Distrito Federal. O encontro, presencial, contou com a participação dos executivos das empresas associadas, na sede da entidade na capital federal.

Na pauta, uma avaliação da reunião de trabalho realizada com a Neoenergia, no final de agosto, para acompanhar demandas que afetam diretamente o cronograma e a implantação de empreendimentos imobiliários no DF, em que o provimento de energia é fator decisivo na execução e entrega das obras. Além de diretores da ADEMI DF, participaram representantes do Sinduscon-DF.

A diretoria da entidade recebeu representantes da Diretoria Executiva de Atacado e Governo do Banco de Brasília

(BRB) — o diretor da área, Bruno Watanabe, o superintendente de Produtos de Atacado, Rômulo Mendes, e o gerente de negócios, Brian Rosales, e a consultora da diretoria, Denice Domingues —, para uma atualização sobre o cenário da instituição e sua atuação no mercado imobiliário, com foco no financiamento do setor. "O BRB é um parceiro estratégico do mercado imobiliário do Distrito Federal, e o momento exige diálogo e articulação para encontrar caminhos que preservem o crédito e deem segurança para a continuidade dos investimentos", afirmou o presidente da ADEMI DF, Celestino Fracon Junior.

A reunião também tratou de assuntos relacionados à representação da entidade no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan), incluindo a composição para o biênio 2027-2028. A ADEMI DF tem assento no colegiado e participa da discussão técnica de temas relevantes para o desenvolvimento do DF.



SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf